

---

## Sumário

Apresentação à 2ª edição.....	5
Apresentação à 1ª edição.....	7
<b>Parte 1. RECEITAS PÚBLICAS E FEDERALISMO FISCAL.....</b>	<b>15</b>
Transferências voluntárias geram desequilíbrio federativo.....	17
Reformular o FPE para adequar o federalismo fiscal.....	21
Desafios federativos precisam ser vencidos para acabar com a falta d'água..	27
Benefícios fiscais, partilha de receitas e a “súmula-fantasma” do STF.....	33
A delação da JBS, o BNDES, as salsichas e a promiscuidade nas relações financeiras .....	39
<b>Parte 2. DESPESAS E POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>45</b>
Nem só com <i>royalties</i> se melhora qualidade da educação .....	47
Saúde não precisa só de dinheiro, mas de boa gestão.....	51
Financiamento da segurança pública precisa de atenção.....	57
Afinal, quanto custou a Copa do Mundo para a sociedade brasileira? .....	61
O Direito Financeiro pode ser a solução para os sem-teto.....	65
Maioridade penal, os 25 anos do ECA e o Direito Financeiro.....	69
Solução para a crise carcerária tem significativo reflexo orçamentário.....	75
Recursos são fundamentais para garantir o direito das pessoas com deficiência.....	81
Relação das mulheres com o dinheiro precisa ser desmitificada.....	87
Universidades públicas agonizam pela falta de recursos.....	93
<b>Parte 3. PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.....</b>	<b>97</b>
Planos de governo são essenciais para a escolha do próximo presidente.....	99
Planejamento municipal precisa ser levado a sério.....	105

Descaso com o planejamento deixa o país sem rumo.....	109
Poder Judiciário: 2014 é o ano do planejamento estratégico.....	115
LDO é instrumento eficiente para a administração pública.....	121
Decisões financeiras fundamentais são tomadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	125
No primeiro ano de mandato, não se cumprem promessas.....	131
No fundo, protestos envolvem questões orçamentárias.....	135
E o ano começa sem a aprovação do orçamento federal.....	139
Um ano depois, fica a pergunta: quem pagou a conta dos protestos de junho?	143
Vivemos no país das finanças públicas mal-assombradas.....	147
O Direito Financeiro precisa ser levado a sério, e 2015 começou mal.....	153
Orçamento não pode mais ser uma peça de ficção.....	159
Vereador não pode apenas homologar a Lei Orçamentária.....	165
Parlamentar pode, sim, propor lei em matéria financeira.....	169
Poderes não são independentes sem autonomia financeira.....	173
Vinculações orçamentárias não são a panaceia dos problemas.....	177
Natal é tempo de correr com a execução orçamentária.....	181
O final de ano, as dívidas e os “restos a pagar”.....	185
Emendas ao orçamento e o desequilíbrio de Poderes.....	189
Durante as eleições, pense bem para quem vai entregar a chave do cofre.....	193
Hora é de “apertar o cinto” e contingenciar gastos.....	197
Orçamento impositivo é avanço para administração.....	201
Aprovação do “orçamento impositivo” é insuficiente para dar credibilidade à Lei Orçamentária.....	205
Crise econômica pode criar “orçamento recurso-zero”.....	211
Flexibilidade orçamentária deve ser usada com moderação.....	215
Uso político dos instrumentos de Direito Financeiro deve ser combatido.....	221
Não falta dinheiro à administração pública, falta gestão.....	225
Responsabilidade orçamentária precisa de melhorias.....	229
Direito Financeiro precisa avançar, e a hora é agora.....	233
É preciso ter cautela e transparência para debater a reforma da Previdência.	239
Que venha 2017, e traga boas notícias para o Direito Financeiro.....	245

Parte 4. <b>FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</b> .....	251
Controle interno mostra sua força no combate à corrupção.....	253
Tribunais de Contas são os guardiões do dinheiro público.....	257
Corrupção na Petrobras precisa ser apurada com rigor pelo TCU e CGU.....	263
Julgamento das contas do governo precisa ser feito com rigor.....	269
Julgamento do TCU que reprovou contas do governo entrou para a história do Direito Financeiro.....	275
“PEC do padrão mínimo” vai aperfeiçoar Tribunais de Contas.....	279
Supremo gera polêmica ao decidir sobre julgamento de contas de prefeitos.....	285
Combate à corrupção marca uma nova república em construção.....	291
Moralização da administração pública: chegou a vez dos Tribunais de Contas.....	299
Discutindo a relação entre o Poder Judiciário e os Tribunais de Contas.....	307
Parte 5. <b>DÍVIDA PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL</b> .....	311
Carnaval financeiro: contas “maquiadas” não vão tornar nosso país mais bonito.....	313
Atenção caro leitor, pedalar faz mal à saúde!.....	317
Acabar com a meta de superávit é irresponsabilidade fiscal.....	321
Irresponsabilidade fiscal ainda persiste, 15 anos após a publicação da lei.....	327
Cuidado, pedalar pode dar cadeia!.....	331
BNDES tem o dever de colaborar com a transparência dos gastos públicos..	337
No samba dos precatórios, quem dança são os credores!.....	343
Agressões ao Direito Financeiro dão razões para o <i>impeachment</i> .....	349
Desrespeito ao Direito Financeiro afastou Dilma do cargo de presidente.....	355
Refinanciar dívidas nada mais é do que postergar problemas.....	359
Crise leva as finanças públicas ao “estado de calamidade”.....	365
Teori Zavascki, o Supremo Tribunal Federal e a responsabilidade fiscal.....	371
Um salve pela recuperação financeira do estado do Rio de Janeiro!.....	377
Devo, não nego: o Direito Financeiro e o dilema da dívida pública.....	383
O governo também te deve? Escolha a fila e entre nela!.....	389
2015: o ano de triste memória para o Direito Financeiro que não quer terminar.....	395

